

LIBERALISMO E EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX*Liberalism and Education in Early Twentieth Century*Maria Isabel Moura Nascimento¹Claudia Maria Petchak Zanlorenzi²**RESUMO**

Com a alteração no modo de produção e na forma de governo após a Proclamação da República, o terreno para a consolidação do liberalismo tornou-se fértil. Embora as ideias liberais estivessem já presentes na retórica de dissidentes no período imperial, o liberalismo não fazia sentido até então, por ser uma sociedade escravista e com uma indústria primária. Para a garantia da manutenção desse ideário, era mister a expansão de valores, ideias e opiniões, bem como a disseminação da uniformização e da padronização destes com vistas à manutenção da ordem, obtido por dois instrumentos: a imprensa e a educação. Para a garantia mais efetiva e expressiva do consenso e sua legitimação, foram criados, num estreito vínculo entre ideologia, educação e imprensa, os periódicos educacionais. O presente artigo, parte de um trabalho de doutorado, tem por objetivo analisar a disseminação do liberalismo via educação nos excertos da Revista “A Escola”, o Grêmio dos Professores Públicos do Estado, 1906-1910.

Palavras chave: Liberalismo; Educação; Revista “Escola”

ABSTRACT

By changings in the mode of production and government after the Proclamation of the Republic, the ground became fertile for the consolidation in Brazil. Although liberal ideas had been already present in the imperial period dissent rhetoric, by considering the worldwide movement, liberalism had not made sense until then, because it was a slave and a primary industry society. To ensure the maintenance of this notion, it was necessary to expand the values, ideas and opinions, as well as its uniformity and standardization spreading to maintain the order, by two instruments: media and education. For the most effective and expressive consensus guarantee and legitimation, the educational journals had been created in a close link between ideology, education and media. This article is part of a doctoral work and it aims to analyze the spread of liberalism via education in excerpts of “The School” journal, the Guild of Public Teachers of the State, 1906-1910.

Keywords: Liberalism; Education; “The School” journal.

¹ Doutora em Educação: História e Filosofia da Educação, com estágio de pós-doutorado concluído na Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: misabel@lexxa.com.br

² Doutora em Educação: História e Políticas Educacionais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora da Rede Municipal de Ensino de Irati, Paraná, Brasil. E-mail: aecmari@gmail.com

Com a alteração no modo de produção e na forma de governo após a Proclamação da República, o terreno para a consolidação do liberalismo tornou-se fértil. Embora as ideias liberais estivessem já presentes na retórica de dissidentes no período imperial, dado o movimento mundial, o liberalismo³ não fazia sentido até então, por ser uma sociedade escravista e com uma indústria primária. A mudança de governo não inaugurou apenas um novo delineamento político, mas uma reformulação nas concepções vigentes na sociedade, uma vez que a organização da sociedade passou a fundamentar-se no direito contratual do Estado burguês.

A organização do Estado, até então inspirada no direito escravista e na relação de capacidade e incapacidade dos sujeitos, tomaria outro contorno de exploração. A exploração do trabalhador assalariado, pela apologia da liberdade dos indivíduos, celebrada por meio de um contrato, e pela liberdade de mercado e liberdade de trabalho, sustentada na diferenciação entre os que possuem os meios de produção e os que não possuem. Estas modificações, que tiveram sua gênese antes do final do século XIX, têm como ponto preponderante a produção cafeeira e a necessidade do trabalhador livre, convergindo vários fatores para a consolidação do capitalismo: a produção extensiva, o início da industrialização, o aperfeiçoamento do maquinário – em particular da produção cafeeira – a energia elétrica, os investimentos e exploração de estrangeiros, os meios de transportes.

Para a garantia da manutenção desse ideário, era mister a expansão de valores, ideias e opiniões, bem como a disseminação da uniformização e da padronização destes com vistas à manutenção da ordem, obtido por dois instrumentos: a imprensa e a educação. A educação porque era entendida como medida de profilaxia e panaceia para os problemas da sociedade e a imprensa que se expandia em virtude da sociedade capitalista que dela necessitava devido à rapidez na veiculação das informações, como liberdade de expressão conquistada e, contraditoriamente, para a universalização de valores.

Para a garantia mais efetiva e expressiva do consenso e sua legitimação, foram criados, num estreito vínculo entre ideologia, educação e imprensa, os periódicos educacionais. Este vínculo pode ser observado nos escritos da revista *Revista “A Escola”*, “[...] *organ do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná*” (A ESCOLA, 1906, p. 01), publicada com a colaboração de educadores de outras cidades e alunos do *Gymnasio Paranaense* e *Escola Normal de Curitiba*.

Destinava-se esta revista, que iniciou sua impressão em 1906 e terminou em 1910, aos professores e era expressão de um grupo restrito de professores, “[...] uma parcela da elite letrada local, que se propunha encaminhar a população brasileira ao progresso e ao desenvolvimento moral, intelectual e econômico” (MARACH, 2007, p. 13). Por ser

³ O liberalismo, nesta pesquisa, é considerado como ideologia que “[...] justifica os interesses do capital servindo, dessa maneira, de sustentação e organização das sociedades capitalistas” (SANTANA, 2007, p. 89). Tem o caráter de apresentar as ações humanas decorrentes das decisões livres dos indivíduos, naturalizando-as, sendo que, ao contrário, estas decorrem da maneira como está organizada a realidade social.

⁴ A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado, 1906-1910. Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual. A revista é utilizada como fonte primária, para tanto foram selecionadas publicações envolvendo aspectos da educação e sua relação com as ideias liberais. Os escritos dessa fonte primária estarão em letras itálicas. Para saber mais sobre esse periódico ver MARACH, C.B. *Inquietações modernas*: discurso educacional e civilizacional no periódico *A Escola* (1906-1910), mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2007.

uma revista didática, seu objetivo era formação do professor, destinada a “[...] despertar os ânimos, a discutir e vulgarizar os bons ensinamentos da sociologia” (PARANÁ, 1906, p. 2), num esforço para que “[...] os ensinamentos pedagógicos se difundam pela coletividade, orientando os velhos mestres e provocando as vocações latentes de mestres novos que hão de vir. (MACEDO, 1906, p. 11)

Educação e Liberalismo

O processo de construção da nação brasileira deve muito aos jornais, folhas e revistas que participaram ativamente da luta pela adoção de um estatuto de modernidade. (PERIOTTO, 2010, p. 254)

[...] o capital forma-se a partir das condições do trabalho livre.
(MARX; ENGLES, 2011, p. 60)

A educação é fruto das condições materiais, bem como instrumento para a perpetuação dessas relações, dado que tem como objetivo a formação do homem não como algo unilateral e universal, mas como formação histórica. Sob tais pressupostos, é possível afirmar: “[...] se o sentido da educação se liga ao processo de produção da existência pelos próprios homens enquanto seres que necessitam aprender a se produzir a si mesmos, vê-se que educação não é outra coisa senão a promoção do homem” (SAVIANI, 2000b, p. 4).

Portanto, compreender a educação implica conhecer como o homem produz a sua vida material, ou seja, pensar sobre a formação humana é pensar sobre o trabalho, haja vista que a educação se encontra na esfera da superestrutura, produto da base econômica, proveniente do trabalho da classe produtiva, expressão de uma “[...] teia indissociável de relações” (LOMBARDI, 2010, p. 25). Para tanto, a análise deve ser pautada em premissas reais, ou seja, “[...] os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontram já elaboradas quando do seu aparecimento, quer das que ele próprio criou” (MARX, ENGELS, 1979, p. 18).

A educação, fruto do trabalho do homem, portanto, não deve ser simplesmente um projeto de elevar a matéria ao espírito, já que “[...] qualquer sociedade encerrada em contradições de classe é idealista e inverte o justo termo das coisas” (DANGEVILLE, 1978, p. 14, NT), mas sim tornar o homem verdadeiramente homem, identificado à humanidade. Não se pode esquecer que no homem está toda a humanidade e, com a educação, este se expandirá em todos os sentidos, desta feita, para essa possibilidade originária nascente, requer-se a aprendizagem adequada.

O homem, pela possibilidade de ser humano, diferentemente dos animais, precisa aprender a ser homem e é nesta perspectiva que se destaca o processo educativo “[...] por meio do qual a humanidade se elabora a si mesmo” (SAVIANI, 2007, p. 27). Porém, no modo de produção capitalista e sob a égide da ideologia liberal, ele fica desprovido do fruto de seu trabalho, do saber acumulado, no caso, do saber elaborado de geração a geração, aparentando ser resultado da ideia e não da produção, “[...] assentado no

idealismo burguês, ou seja, um idealismo ou iluminismo que esclarece os espíritos, a massa e a matéria” (DANGEVILLE, 1978, p. 35).

O saber elaborado, indistintamente na sociedade capitalista, produz significativas conquistas materiais, porém é produzido mediante relações que colocam a grande maioria em escasso acesso a esse saber. A plena educação não será possível em uma sociedade dividida em classes, dado que se torna um meio para manter as desigualdades sociais.

É preciso uma mudança das condições para criar um sistema de instrução novo; por outro lado, é preciso um sistema de instrução já novo para poder mudar as condições sociais. (MARX; ENGELS, 1978, p. 224)

Por ser fruto das condições materiais, reflete as desigualdades sociais, conseqüentemente, a educação é permeada por um paradoxo entre conformação e desenvolvimento, haja vista a luta de classes de uma sociedade capitalista, abalizada pela ideologia de visão de trabalho, no caso a ideologia liberal, sob os preceitos de igualdade e liberdade. Sob tais condições, é possível acreditar que “[...] na sociedade atual (que é a de que se trata), a educação pode ser igual para todas as classes?” (MARX, 1978, p. 222). Emerge desta situação o papel central direcionado à educação como promoção do trabalhador livre e como responsável para proporcionar condições de igualdade, no entanto, por ser expropriado do conhecimento concreto da realidade e sujeito à exploração da mais valia, exerce papel contrário, não se tornando um instrumento de emancipação.

Pelo discurso de formação do cidadão, fundamentado no princípio de “educação para a cidadania”, promete-se a liberdade e a igualdade nas letras da lei e o discurso do cidadão pleno de direitos ocorre apenas em nível ideológico, distanciando-se das condições concretas.

A cidadania, para a sociedade capitalista, alicerça-se em valores determinados pelas relações de produção, bem como na particularização dos interesses, na meritocracia, na individualidade, na divisão social do trabalho, sendo este último motor para o conflito entre interesse individual e coletivo, gerando as desigualdades sociais. Utilizando-se do discurso de universalização do ensino, “[...] uma forma ilusória de colectividade” (MARX, ENGELS, 1979, p. 40), a educação será propagadora da ideia de que não há interesses particulares, que, embora naturalmente haja a divisão de classe, a escola igualmente proporciona a todos o direito de acesso ao conhecimento.

A crítica e a desmistificação desse aporte ideológico assinalam a compreensão parcial da realidade que sustenta os processos de dominação e que são as bases para a manutenção da hegemonia⁵ da classe que detém a propriedade. Cumpre-se então questionar: Como é possível haver cidadãos livres e plenos de direitos em uma sociedade dividida em classes? É possível, para o próprio conhecimento da contemporaneidade, a formação do cidadão em uma sociedade que se mantém pela desigualdade social? Em que

⁵ Entende-se por hegemonia a direção dada por uma classe sobre a sociedade, colocando seus interesses como interesses gerais por meio do consenso, entretanto, para esta classe conseguir manter o domínio e exercer liderança, é necessário fazer concessões, dentro de certos limites, satisfazendo certos interesses da outra classe e, ao mesmo tempo, com o intuito de se rearticular aos interesses da classe hegemônica.

medida se pode afirmar que a educação deve ter como foco a cidadania em uma sociedade que tem por mecanismo o interesse privado? Como o trabalho docente se configura na sociedade capitalista que investe na meritocracia? Que instrumentos os professores são incentivados a utilizar para a manutenção da ordem do capital se tem como ideal a formação do cidadão pleno de direitos e deveres?

As respostas para estas perguntas auxiliam no entendimento de como o professor, no início do século XX, foi instrumento para a disseminação da ideologia liberal e como sua formação vislumbrou esse objetivo, tendo como justificativa a educação para a cidadania, a qual levaria ao progresso. Daí a necessidade de um professor resignado e, ao mesmo tempo, pronto para acreditar no que era proposto, enaltecendo-se a profissão ao igualá-lo a algo abstrato e messiânico e à educação como antídoto para os problemas daquela sociedade e alavanca para o progredimento.

A educação, à medida que é considerada como alavanca da história, supõe um desconhecimento da realidade social, visto a mesma ser reflexo das aspirações das classes (PONCE, 2001, p. 168-169). Nesse caso, numa sociedade capitalista e orientada pela ideologia liberal, tal aspiração concretiza-se mediante a manutenção de sua base: a desigualdade social, uma vez que a classe que domina materialmente domina ideologicamente também, inclusive no trabalho do professor.

Conclamar a educação como redentora, moralizante, civilizadora e propulsora da ordem social significa dissimular uma realidade concreta em que grande parte da população, entre eles os negros, não era nem sequer considerada como merecedora do acesso aos iluminados conhecimentos.

[...] a instrução geralmente depende do nível das condições de vida, e que o burguês entende por educação moral a memorização dos princípios burgueses, e que no fim das contas a burguesia não tem os meios, nem vontade, de oferecer ao povo uma verdadeira educação. (MARX; ENGELS, 2011, p. 114)

Na sociedade capitalista, os homens assumem, graças à ideologia liberal, que a desigualdade é natural, ou seja, todos os homens nascem naturalmente com a constituição para proprietários, devido à igualdade de oportunidades, porém as relações que estabelecem com a natureza são determinadas pela experiência. Consequentemente, cada indivíduo tem condições distintas para dirigir suas ações, ou seja, só vence quem é mais competente, assegurada pelos direitos universais de liberdade, de igualdade perante a lei e do direito de propriedade, representados no princípio de cidadania.

Esse deslizamento de conceito de igualdade é justificado pelo individualismo, no qual o sujeito utiliza as oportunidades que a sociedade lhe concede, assegurado legalmente e garantido a partir dos direitos do sujeito denominado como cidadão, encobrindo a realidade concreta da sociedade de classes, justificado na ideia de mérito.

Para o liberalismo, a igualdade entre os indivíduos se concretiza na igualdade de oportunidades, quando os indivíduos têm sucesso, é graças a seu mérito individual. Assim, o trabalho desenvolvido pelo professor na escola será imprescindível na medida em que possibilita e oportuniza condições de acesso de conhecimento igual a todos os

indivíduos, porém obter sucesso é competência de cada um, uma vez que a utilização das oportunidades seria consequência de suas escolhas e de seu mérito.

Diferentemente, a igualdade de resultados tem como premissa que todos os sujeitos são considerados em tudo iguais. A estes, além de lhes serem dadas condições, é garantido a eles que tenham em mesmo nível o sucesso, o que para o liberalismo seria uma afronta por violar a liberdade e a individualidade garantidas pela lei dos mais capazes, dado que “[...] o direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro” (MARX; ENGELS, 1979, p. 49).

O discurso de cidadania para esta sociedade tem como desiderato camuflar a desigualdade, longe de erradicá-la e, na educação, servir como mecanismo de legitimação do liberalismo, considerada “[...] uma atividade adaptativa, centrada na relação indivíduo/mundo-ambiente; e na naturalização do social [...]” (MONARCHA, 1999, p. 181). Este objetivo se concretiza ao ter como finalidade a formação de cidadãos plenos, conscientes dos seus direitos e deveres, emancipados politicamente, em defesa dos direitos gerais, ou seja, a formação do cidadão burguês⁶.

O fim da Escola é preparar cidadão – e daí o dever de todos os professores de procurar por todos os meios fazer com que a criança seja transformada em cidadão consciente, que tenha a razão liberta de todos os absurdos que avassalam as consciências fracas. (GOMES, 1907, p. 94)

Educação para a cidadania, na ideologia liberal, é sinônimo de direito à igualdade, à liberdade e à ampla participação na sociedade como membro de uma comunidade política, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, formando “[...] o cidadão, ensinando-lhe a conhecer as instituições de seu país e dando-lhes regras de conducta, firmes e seguras, para se dirigir na vida pública” (DROZ, 1906, p. 104). Assegura-se, dessa forma, a igualdade de oportunidade, legitimada pela ideia de que a obediência às leis é dever do cidadão, uma vez que é proveniente da vontade geral encarnada na figura do Estado.

A ideia de cidadania, além da carga semântica relacionada ao liberalismo e aos seus preceitos de igualdade e liberdade, máximas da ideologia liberal, travestidos em direitos, é uma insígnia peculiar da sociedade capitalista, com o intuito ideológico de velar pela desigualdade. Levantar a bandeira de direito de todos, legalmente garantidos, é, ao mesmo tempo, dissimular a realidade e suas contradições, manipulação ideológica, haja vista que não é possível falar em igualdade em uma sociedade transmutada em direitos, porque tê-los já é sinônimo de que não há garantia do que é inerente ao homem como ser genérico. Ter direito é a ilusão da emancipação e, ao mesmo tempo, a justificativa para a ordem desigual da sociedade é a dissimulação da exploração.

⁶ É importante salientar que a análise aqui proposta é demonstrar como o liberalismo foi disseminado na revista *A Escola* e que o mesmo se utilizou de vários discursos, entre eles a ideia de cidadania e de cidadão pleno de direitos e deveres, emancipado politicamente, o que, numa sociedade mantida pela desigualdade social, é um equívoco. O que se repudia na ideia de cidadania é que a mesma, na sociedade capitalista, restringe-se apenas a uma classe em particular e não à coletividade. Para Marx, diferente desse ideal, a emancipação deveria ser humana e não a emancipação política, como defendido no discurso liberal que proclama ao eleger a cidadania como ideal para um homem “[...] que não é o homem como cidadão, mas o homem como burguês que é tomado pelo homem no sentido próprio e verdadeiro”. (MARX, 2010, p. 50)

Daqui se depreende que tais as lutas no seio do Estado, a luta entre democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito do voto etc., etc., são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efectivas das diferentes classes entre si. (MARX, ENGELS, 1979, p. 39)

O lema de igualdade aos desiguais é uma camuflagem da desigualdade para manter o capitalismo, por ser baseada na liberdade de que todos têm direito de serem proprietários. Como tem em si a base da realização, encarrega-se de instituir a noção de valor individual como mecanismo de progresso pessoal e que pode ser adquirido, porque é impraticável defender a coletividade numa sociedade que se mantém pela desigualdade.

O indivíduo é livre para vencer na vida e, numa sociedade capitalista, ele deve ter condições materiais e intelectuais para produzir, o que já não garante a igualdade aos desiguais, em especial ao se defender uma educação ativa, baseada na experiência, originando diferentes níveis de liberdade e de conhecimento, possibilitando inferir que ter liberdade não é sinônimo de ter igualdade.

Desta feita, defender a educação para a cidadania é uma forma sofisticada de defender uma sociedade dividida em classes, em que a desigualdade é vista como decorrência natural e o fosso predatório entre pobres e ricos é cada vez maior. A ideologia liberal⁷ cumpre o seu papel pelo discurso de cidadania, já que a toda classe, antes de tudo, é necessário “[...] conquistar o poder político para conseguir apresentar o seu interesse próprio como sendo o interesse universal” (MARX, ENGELS, 1979, p. 40), garantia das condições de produção e reprodução da existência humana no capitalismo.

Consiste em um equívoco, então, apontar que a educação para a cidadania seria uma forma de igualdade de resultados, ledor engano, visto a educação para a cidadania ser uma educação para a conformidade em relação ao ordenamento social. Engana-se quem acredita que esta forma de educação teria fins democráticos, ao contrário, preparar o indivíduo para as condições da sociedade moderna, para operar equipamentos, é defender os interesses da classe que detém os meios de produção. Mas como esse ideal é transferido para o trabalho docente?

Sob a premissa do ideal de cidadania, foram organizados o ensino que seria ministrado na escola, bem como a formação do professor, o qual seria o disseminador desse ideário no Brasil particularmente no início do século XX. Acreditava-se que, com o novo regime, havia um “[...] espaço adequado à escolarização em massa e às necessidades da universalização popular” (SOUZA, 2006, p. 36).

A partir da ideia de ensino moderno e inovador, de conteúdos que garantiriam a manipulação ideológica, acredita-se que a escola é via de ascensão na escala social, adequando-se às necessidades do contexto, aceitando-se, desse modo, os valores vigentes da sociedade capitalista, entre eles a meritocracia e as condições precárias em que viviam muitos dos indivíduos considerados como naturalmente incapazes, porque “a felicidade

⁷ Como já foi exposto nesta seção, posiciona-se em relação à ideologia não como uma crença, uma corrente de pensamento ou teoria que manipula a consciência dos homens, e sim que a forma de produção e reprodução da existência humana, que implica numa interpretação fragmentada, parcial da realidade, como um véu espesso, condicionada pela materialidade das forças produtivas.

e a desgraça do homem são, em grande parte, sua própria obra”⁸ (LOCKE, 1986, p. 31). A ampliação do poder de inculcação do convencimento de que todos têm direitos a ter direitos, garantidos legalmente, assegura-se que todos são igualmente livres para o acesso à propriedade na medida de seu esforço próprio.

Ao atribuir um caráter natural à igualdade entre os indivíduos e, ao mesmo tempo, a diferença residindo na capacidade de trabalho que cada um exerce por esforço próprio, tendo como resultado a propriedade – no caso da educação, a intelectual – verifica-se que a ideologia liberal, ao trabalho do professor e à sua formação, estabelece como finalidade a exigência de um novo modelo de professor e de trabalho docente, “[...] *aparelhado para os predios edificantes e gloriosos da intelligencia*” (PARANÁ, 1906, p. 1).

Nesse processo, defendia-se que houvesse isenção da mentalidade de classe e que fosse difundido de forma rápida aos professores, direcionando-os, ideológica e contraditoriamente, por meio da apresentação de métodos “modernos”, com vistas à coesão e à conformação, [...] *em suma, aperfeiçoar o indivíduo para aperfeiçoar a coletividade* (MACEDO, 1907, p. 68). Importa ressaltar, entretanto, que seu significado era aperfeiçoar de forma reducionista, que resultasse em uma formação parcial, pobre e fragmentada – a face obscura da manutenção da desigualdade – daqueles que frequentariam os poucos bancos escolares, a classe trabalhadora.

Pode-se constatar o avanço das condições para fortalecer o desenvolvimento das relações capitalistas, evidenciadas de forma implícita ou explícita, especialmente no que se refere à noção de trabalho docente e à redefinição dos papéis sociais, fundamentados na ideologia liberal. Essa ideologia não se define apenas como uma estratégia de falseamento por uma classe, mas é fruto das condições materiais e da luta de classe de seus membros fazerem-se partícipes de uma mesma sociabilidade.

Entretanto é nesse mesmo processo de falseamento do real, de desapropriação do conhecimento e devido a antagonismos peculiares que mantêm o modo de produção capitalista, no qual está o cerne da própria dissolução do capitalismo, instaurado e alimentado nos contrários, dado ser um movimento histórico e que, não se pode negar, teve sua contribuição para o desenvolvimento das relações sociais, como, por exemplo, a educação.

Considerações finais

Com base no pressuposto de que a análise da educação deve ser pautada em premissas reais, dado a mesma ser fruto do trabalho do homem e das condições materiais, bem como das relações de perpetuação que envolve este processo, iniciou-se esta discussão apresentando como a educação é proposta sob a ideologia liberal.

Pelo discurso de formação do cidadão, a ideologia liberal fundamenta a educação no período sob o princípio de “educação para a cidadania”, prometendo a liberdade e a igualdade nas letras da lei e a promessa do cidadão pleno de direitos, todavia apenas em nível ideológico, distanciando-se das condições concretas.

⁸ “la felicidad y la desgracia del hombre son, en grande parte, su propia obra”. (LOCKE, 1986, p. 31)

Educação para a cidadania é explicitada como sinônimo de direito à igualdade, à liberdade e à ampla participação do sujeito na sociedade como membro de uma comunidade política. Assegura-se, dessa forma, a igualdade de oportunidade via escola, na medida em que possibilita e oportuniza condições de acesso ao conhecimento igual para todos os indivíduos, porém, para obter sucesso, a competência é de cada um, uma vez que a utilização das oportunidades seria consequência de suas escolhas e de seu mérito.

Esta explicação para além da aparência precisa ser melhor aprofundada, porque defender a educação para a cidadania é uma forma sofisticada de defender uma sociedade dividida em classes, em que a desigualdade é vista como decorrência natural. Gerir a desigualdade social explícita na sociedade capitalista requer a utilização de instrumentos sofisticados como a educação e a imprensa, que contribuiriam à exigência de um novo modelo de professor e de trabalho docente, como, por exemplo, a Revista *A Escola*, Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná.

Referências

- A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado. 1906-1910. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual.
- GOMES, R.R. A Escola e o Cidadão. *A ESCOLA*, Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual, n. 6-7 p. 94, 1907.
- DANGEVILLE, R. Introdução e notas. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Crítica da educação e do ensino*. Lisboa: Moraes, 1978.
- DROZ. Instrução Cívica. *A ESCOLA*, Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual, n. 6 p.104, 1906.
- LOCKE, J. *Pensamientos sobre la educación*. Prólogo de Mariano Enguita. Madri: Akal, 1986.
- LOMBARDI, J. C. Educação e ensino em Marx. *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 2, n. 2, p. 20-42, 2010.
- MARACH, C. B. *Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906-1910)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- MACEDO, A. Epístolas Pedagógicas. *A ESCOLA*, Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual, n.1, p. 10-11, 1906.
- MACEDO, F.R.A. Epístolas Pedagógicas. *A ESCOLA*, Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual, n. 6-7, p. 67-71, 1907.
- MARX, K. *Sobre a questão judaica*. Apresentação [e posfácio] Daniel Bensaïd; tradução Nélio Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. São Paulo: Boitempo, 2010.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã I**. Lisboa: Presença, 1979.
- MARX, K.; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. Tradução de R. Dangeville. Lisboa: Moraes, 1978.
- MARX, K; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.
- MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999.
- PARANÁ, S. A Escola. *A ESCOLA*, Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual, n. 1 p.1-2, 1906.
- PERIOTTO, M. R. Educar para o bom governo: a reforma moral dos homens públicos no *Jornal de Tímon*. In: MIZUTA, Celina Midori Murasse; Faria Filho, Luciano Mendes; PERIOTTO, Marcília Rosa (Orgs.). **Império em debate: Imprensa e educação no Brasil oitocentista**. Maringá, PR: EDUEM, 2010. p. 253-297.
- PONCE, A. **Educação e luta de classes**. Trad. José Severo de Camargo Pereira. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTANA, L. C. **Liberalismo, ensino e privatização: um estudo a partir dos clássicos da economia política**. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, 1996.
- SAVIANI, D. **Educação musical no contexto da relação entre currículo e sociedade**. Texto base da exposição feita na Mesa Redonda “Currículo e Sociedade”. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL – ABEM, 9. Belém, 2000b.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- SOUZA, R. F. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 109-151- (Coleção Educação Contemporânea).

*Recebido em setembro de 2014
Aprovado em dezembro de 2015*